

# Factores políticos: determinantes de uma tipologia de países e do desenvolvimento económico e humano

**Ana Margarida Brochado**

Universidade Portucalense ([abrochado@mail.uportu.pt](mailto:abrochado@mail.uportu.pt))

**Francisco Vitorino Martins**

Univ. do Porto - Faculdade de Economia([vmartins@fep.up.pt](mailto:vmartins@fep.up.pt))

## 1 Introdução

Durante o século XX assistiu-se a uma expansão significativa do número de Estados Soberanos e do número de Governos democraticamente eleitos. De facto, “In a very real sense, the 20th century has become the ‘*democratic century*’” (Freedom House 1999: 1).

Em 1900 nenhum país pode ser classificado como uma democracia eleitoral pelo sufrágio universal, com eleições competitivas multipartidárias. No início do século XX, 25 países são classificados na categoria de ‘Democracias com Práticas Restritivas’ (Tabela 1), i.e., regimes em que o partido dominante controlava, por exemplo, direitos civis ou liberdade de imprensa ou em que o direito de voto era negado às mulheres, grupos étnicos ou minorias raciais, ou aos mais desfavorecidos. A Democracia como um sistema político nacional ganhou grande

aceitação na última metade do século passado, motivado pela derrota do totalitarismo Nazi, o processo de descolonização pós guerra e a reconstrução da Europa e do Japão (Freedom House 1999: 2). A percentagem da população que vive sob governos eleitorais com sufrágio universal aumentou de 31% para 58,3% de 1950 a 2000 e 98 países deram os seus passos em direcção à democracia – e estes movimentos concentraram-se a partir da década de 70, denominada a ‘*democratic age*’. Não obstante, actualmente alguns países ainda vivem sobre regimes autoritaristas e algumas novas nações democráticas transitaram no sentido oposto de regime; outros países que deram os passos em direcção à democracia ainda estão numa fase semi-democrática. E os países considerados democráticos, no sentido objectivo de afluência eleitoral e existência de eleições livres e concorrenciais, possuem diferentes resultados em organização política, liberdades civis, direitos políticos, liberdade de imprensa, voz e responsabilidade, estabilidade política e ausência de violência, lei e ordem, regras legais, eficiência governativa e suborno (PNUD 2002). Trata-se, portanto de uma heterogeneidade de comportamentos em relação aos factores políticos /de governação que importa sistematizar.

**Tabela 1 Classificação dos países - regime político**

	Países Soberados			População (milhões)		
	2000	1950	1900	2000	1950	1900
<i>Democracia</i>	120 (62,5%)	22 (14,3%)	0 (0%)	3439,4 (58,2%)	743,2 (31%)	0 (0%)
<i>Práticas Democráticas Restritas</i>	16 (8,3%)	21 (13,6%)	25 (19,2%)	297,6 (5%)	285,9 (11,9%)	206,6 (12,4%)
<i>Monarquia Constitucional</i>	0	9	19	0	77,9	299,3
<i>Monarquia Tradicional</i>	10	4	6	58,2	16,4	22,5
<i>Monarquia Absoluta</i>	0	2	5	0	12,5	610
<i>Regime Autoritarista</i>	39	10	0	1967,7	122	0
<i>Regime Totalitarista</i>	5	12	0	141,9	816,7	0
<i>Dependência Colonial</i>	0	43	55	0	118,4	503
<i>Protegidos</i>	2	31	20	4,8	203,3	26,5
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>154</b>	<b>130</b>	<b>5909,6</b>	<b>2396,3</b>	<b>1668</b>

Fonte: Adaptado a partir de Freedom House (1999), pág. 3

A democracia pode ser definida como um sistema de procedimentos institucionalizados para a participação política aberta e concorrencial, a eleição dos principais dirigentes

governamentais e limites substanciais aos poderes dos dirigentes (PNUD 2002). Mas a palavra democracia, em grego, significa ‘regime do povo’, resumindo uma abordagem de governação orientada para o desenvolvimento humano, exprimindo a ideia de que as pessoas estão em primeiro lugar. No ponto 2 efectua-se uma discussão de alguns estudos incidindo sobre a relação entre democracia e desenvolvimento económico, destacando-se as suas opções metodológicas.

Neste trabalho pretende-se:

- a) investigar até que ponto os países se distinguem entre si pelas condições políticas estruturantes - democratização, participação dos cidadãos e transparência, eficácia governativa e legislação;
- b) analisar se países associados a diferentes tipologias de variáveis políticas estão associados a diferentes níveis de desenvolvimento económico e desenvolvimento humano.

Uma nota prévia relativa a limitações de ordem estatística (disponibilidade de informação estatística) deste trabalho: são considerados apenas 124 países que são naturalmente aqueles para os quais existem dados estatísticos disponíveis para a totalidade das variáveis seleccionadas. Assim, os países de língua oficial portuguesa incluídos são apenas cinco: Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal. Espera-se, no entanto, que as tendências de desenvolvimento traçadas nesta investigação possam também ser úteis aos restantes países (ponto 3).

Em termos metodológicos propõe-se uma classificação de 124 países com base em 10 variáveis políticas com recurso a uma abordagem de classificação difusa tendo-se desenvolvido para o efeito um programa informático que inclui o método *fuzzy k-means* (FKM) (Ponto 4). Numa segunda etapa pretende-se analisar se os grupos formados se reflectem no indicador de desempenho económico (PIB *per capita*) e nos indicadores de desenvolvimento e bem estar (IDH e IDG), recorrendo-se aos modelos de regressão linear múltipla (na versão análise da variância) (Ponto 5).

## **2 Desenvolvimento Económico e Democracia: uma revisão da literatura**

Porque se espera uma relação positiva entre democracia e desenvolvimento económico? Países mais ricos têm maior probabilidade de serem democráticos? A democracia é um pré-requisito ao desenvolvimento económico? Ou é o desenvolvimento económico um pré-

requisito para a democracia? O estudo da relação entre Democracia e Desenvolvimento é uma temática muito popular, de discussão multidisciplinar (Ramaswamy e Cason 2003) - literatura na área das ciências políticas e da economia oferecem uma grande variedade de respostas a estas questões.

A hipótese de existência de uma relação positiva entre democracia e desenvolvimento é suportada por muitos investigadores, quer em termos teóricos, quer empíricos. O trabalho pioneiro de Lipset (1959) inspirou um grande número de estudos empíricos sobre a relação entre Democracia e Desenvolvimento. O autor argumentou que num país com maior grau de desenvolvimento a população possui maior probabilidade para acreditar nos valores democráticos, que irão suportar um sistema democrático. Segundo o autor, apenas numa sociedade em que existe bem-estar se pode verificar a participação de forma inteligente nas questões políticas - "the mass of the population could intelligently participate in politics and could develop the self-restraint necessary to avoid succumbing to the appeals of irresponsible demagogues. A society divided between a large impoverished mass and small favored elite would result either in oligarchy (...) or in tyranny" (Lipset 1959:75).

Uma revisão dos estudos incidindo sobre a relação entre democracia e desenvolvimento revelam a existência de uma relação positiva entre as duas variáveis, apesar das diferenças nas opções metodológicas. As diferenças entre os vários estudos podem ser sistematizadas em sete tópicos:

- Medida de democracia
- Medida de desenvolvimento
- Amostra (países em estudo)
- Período em estudo
- Métodos quantitativos utilizados
- Outras variáveis explicativas incluídas no modelo
- Tipo de relação testada (linear *versus* não linear)
- Estudo do impacto do desenvolvimento na transição para a democracia e na solidificação da democracia

### *Medida de Democracia*

Apesar de todos os estudos utilizarem o mesmo conceito teórico de democracia a sua forma de quantificação varia, desde a sua definição como variável não métrica (através de categorias) até à utilização de índices desenvolvidos ou compilados por organizações internacionais.

Neste estudo utilizam-se vários indicadores subjectivos que se propõem avaliar não só a extensão da Democracia, bem como dos Direitos Cívicos e Políticos dos países (Tabela 2). Em relação aos estudos anteriores, a inovação é efectuada pelo recurso a variáveis que não se esgotam no conceito de Democracia, mas de Avaliação da Governação.

### *Medida de desenvolvimento*

Os testes empíricos da relação entre democracia e desenvolvimento têm evoluído de acordo com duas linhas. A primeira abordagem, protagonizada por Lipset (1959), analisa a relação entre desenvolvimento e democracia cruzando os níveis de desenvolvimento e de democracia. Nesta linha de investigação, surgem estudos que recorrem quer a indicadores monetários de desenvolvimento económico, como o PIBpc (Bollen e Jackman 1985; Lipset, Seong e Torres 2001; Przeworski e Limongi 1997), quer a uma definição sócio-económica de desenvolvimento, reflexo das necessidades universais ou características do desenvolvimento geralmente reconhecidas, a referir: elevados níveis de rendimento, elevado capital humano, esperança de vida elevada (Cutright 1963; Olsen 1968; Diamond 1992). Estes autores advertem para o facto de indicadores monetários, como o PIBpc, não reflectirem o padrão de vida da população em geral e subestimarem potencialmente o desenvolvimento em países em desenvolvimento em que muita da actividade económica ocorre na economia informal. Adicionalmente, surge a utilização de outras variáveis, como a urbanização, os salários urbanos e o consumo de energia (Bernhagem 2001) nos modelos explicativos.

Estudos recentes questionam e testam a relação entre democracia e desenvolvimento económico numa perspectiva dinâmica, elegendo a taxa de crescimento do PIBpc como indicador de crescimento económico (Barro 1991, 1996; Perotti 1996; Chen e Feng 1996; Minier 1998; Tavares e Wacziarg 2001; Shen 2002). Estes estudos incidem na elaboração de modelos explicativos do crescimento económico, pelo que a Democracia é uma variável explicativa, entre outras, como *stock* de capital humano, o grau de abertura ao exterior ou o consumo público. Se existe um grande consenso entre uma relação positiva entre democracia e desenvolvimento, ainda permanecem muitas interrogações sobre se as democracias promovem melhor o crescimento económico do que outros regimes (veja-se, por exemplo o caso da China).

Este estudo enquadra-se na primeira linha de investigação, conjugando-se indicadores de desenvolvimento económico, desenvolvimento humano e desenvolvimento por géneros.

### *Amostra de países em estudo*

Os estudos que consideram a relação entre Democracia e Desenvolvimento diferem em relação ao conjunto de países seleccionados; por exemplo, Olsen (1968) e Vanhanen (1997) consideram todos os países independentes, Cutright (1963) exclui os países africanos da análise, Jackman (1973) procura os regimes não comunistas, Landam (1999) e Bernhagen (2001) incluem apenas os países da América Latina, e estudos recentes procuram uma maior cobertura (Arat 1991; Gasiorowski 1996; Doorenspleet 2000). O presente estudo segue esta última linha, tendo-se procurado maximizar o número de países a incluir na amostra, actuando apenas como restrição a disponibilidade de dados para as variáveis seleccionadas.

### *Dimensão temporal*

Os estudos são também efectuados em diferentes momentos; Bollen (1980, 1983), Bollen e Jackman (1985) e Copedge e Reinecke 1991 são alguns exemplos de estudos seccionais. Arat (1991) selecciona o período 1948-1984, Gasiorowski (1996) Alvarez et al. (1996) incluem observações desde 1950 e Vanhanen (1997) recua a 1850. Alguns dos estudos em painel permitem formular a hipótese de que o padrão de relação entre democracia e desenvolvimento varia ao longo do tempo e entre ‘ondas de democratização’ (Huntington 1991, Diamond 1992); por exemplo, Doorenspleet (2000) conclui que a relação entre democracia e desenvolvimento pode ser separada em período antes e após a Guerra Fria.

O estudo que se realiza - enquadrado na linha de trabalhos que estuda a relação a relação entre níveis de Democracia e Desenvolvimento - é seccional, relativo ao ano de 2002.

### *Métodos estatísticos utilizados*

Em função da escala de medida de democracia e do tipo de relação a ser testada, constata-se a utilização de tabelas cruzadas (Coleman 1960; Huntington 1991, a análise de correlações (Cutright 1963; Neubauer 1967; Olsen 1968), a análise de regressão múltipla (Jackman 1973; Bollen e Jackman 1985; Lipset, Seong e Torres 1991) e regressão logística (Gasiorowski 1996 Przeworski *et al.* 1997; Lipset *et al.* 1991; Doorenspleet 2000). Neste trabalho, sendo as medidas de governação seleccionadas de carácter multivariado e considerando-se a heterogeneidade como um tópico central, propõe-se a utilização da análise classificatória para o agrupamento prévio da amostra, de acordo com padrões comuns em indicadores de governação, a inferir a partir dos dados. Numa segunda etapa recorre-se à análise de regressão, com o propósito de verificar se os diferentes grupos formados exibem comportamentos médios distintos nas variáveis de desenvolvimento seleccionadas.

### *Variáveis adicionais*

Alguns autores exploram ainda proposições alternativas, incluindo variáveis como o pluralismo cultural (Bollen e Jackman 1985), relativas a grupos religiosos (Bollen 1979, 1983), gastos militares (Diamond et al. 1987) e relações Centro-Periferia (Doorenspleet 2001).

### *Tipo de relação linear ou não linear*

Desde o trabalho inicial de Lipset (1959), tem havido muito debate sobre a relação existente entre desenvolvimento e a presença de democracia e o de esta ser ou não linear. Przeworski e Limondi (1997) referem que a relação é não linear, existindo um limiar mínimo de desenvolvimento a partir do qual a probabilidade da democracia ser alcançada e mantida aumenta. Os autores fazem notar que os resultados obtidos são influenciados pelo tipo de medida usada para medir a democracia (não métrica ou métrica).

### *Estudo do impacto do desenvolvimento na transição para a democracia e na solidificação da democracia*

Alguns estudos analisam a relação entre democracia e desenvolvimento económico, e entre desenvolvimento e probabilidade de transição para a democracia ou probabilidade de sustentação da democracia.

No ponto seguinte efectua-se uma descrição exaustiva da metodologia utilizada no presente estudo.

## **3 Bases e métodos de classificação**

Na segmentação que envolve aspectos internacionais, tal como em qualquer outro processo de segmentação, são necessárias duas opções técnicas: a escolha da base de segmentação – característica ou grupo de características (variáveis) utilizadas na associação de países a grupos homogéneos e a opção por um método de classificação.

Neste trabalho são utilizados 10 indicadores subjectivos para os factores políticos (PNUD 2002) para a classificação dos 124 países com base no método de classificação difusa *fuzzy k-means*.

### 3.1 Factores políticos

A democracia pode ser definida como um sistema de procedimentos institucionalizados para a participação política aberta e concorrencial, a eleição dos principais dirigentes governamentais e limites substanciais aos poderes dos dirigentes (PNUD -Relatório do Desenvolvimento Humano 2002). Partindo do pressuposto de que uma governação verdadeiramente democrática requer a participação generalizada e substantiva dos cidadãos e a responsabilidade das pessoas que detêm o poder, entende-se que a utilização de indicadores subjectivos, baseados nas opiniões de especialistas sobre o grau de democracia de um país, constitui a abordagem mais adequada para a captação deste conceito qualitativo para cada país (apesar dos potenciais enviesamentos resultantes de diferenças de conhecimento, opinião e percepção). Neste trabalho são usados os dados publicados no Relatório das Nações Unidas (PNUD 2002) e que são por sua vez originários de diversas fontes<sup>1</sup> (Apêndice 1).

Deste modo, a classificação é efectuada com recurso a uma base de segmentação de 10 variáveis, definidas em escalas de avaliação que se propõem captar a extensão da democracia, eficiência governativa e nível regulamentador e corrupção (Tabela 2). De notar que as variáveis liberdades civis, direitos políticos e liberdade de imprensa são codificadas de forma inversa às restantes, ou seja o seu aumento significa uma classificação mais negativa.

**Tabela 2– Factores políticos: caracterização das variáveis de segmentação**

Indicador	Variáveis	Código	Intervalo	Média	Desvio-padrão	Máximo	Mínimo
Democracia	Resultado em organização política	ORGP	-10 (menos democrático) a 10 (mais democrático)	4,33	6,29	10	-10
	Liberdades Civis	LIBCIV	1-2,5 Livre; 3-5 Parcialmente Livre; 6-7 Não Livre	3,44	1,69	7	1
	Direitos políticos	DIRPOL	1-2,5 Livre; 3-5 Parcialmente Livre; 6-7 Não Livre	3,21	2,12	7	1
	Liberdade de imprensa	LIBIMP	0-30 Livre; 31-60 Parcialmente Livre; 61-100 Não Livre	43,83	23,84	100	5
	Voz e responsabilidade	VRESP	-2,5 (pior) a 2,5 (melhor)	0,18	0,92	1,73	-1,93
Regras legais e eficiência governativa	Estabilidade política e ausência de violência	ESTPOL	-2,5 (pior) a 2,5 (melhor)	0,13	0,86	1,61	-2,01
	Lei e ordem	LEI	0 (pior) a 6 (melhor)	3,83	1,41	6	0,50
	Regras legais	RLEGAIS	-2,5 (pior) a 2,5 (melhor)	0,12	0,94	1,91	-1,50
	Eficiência governativa	EFIGOV	-2,5 (pior) a 2,5 (melhor)	0,10	0,93	2,16	-1,58
Corrupção	Suborno (corrupção)	SUBORN	-2,5 (pior) a 2,5 (melhor)	0,09	0,97	2,25	-1,24

<sup>1</sup> Base de dados Polity IV (Centro para o Desenvolvimento Internacional e Gestão de Conflitos da Universidade de Maryland; Freedom House e Índices construídos pelo Banco Mundial.

Neste estudo utiliza-se um método de classificação difusa (assume-se que um país pode pertencer a mais que um grupo, sendo calculadas as respectivas probabilidades de pertença) para identificar os países componentes de cada segmento. De seguida apresenta-se o método FKM- *Fuzzy k-Means* utilizado.

### 3.2 O método de classificação fuzzy K-means

A classificação de base democrática é efectuada com uma abordagem de classificação difusa - modelo K-Médias Difuso (*'Fuzzy k-Means'* (FKM), Bezdek (1973), (1974), Dunn (1974)). O modelo e algoritmo associado foram implementados no programa *Statistica*, com recurso à linguagem de programação *Statistica Basic*. O modelo *fuzzy k-means* é versão difusa do modelo de partição não sobreposta *hard k-means* ou *hard ISODATA algorithm*, sendo baseado no critério da variância difusa generalizada:

$$J_{FKM} = \sum_{n=1}^N \sum_{s=1}^S p_{ns}^r d_{ns}^2 \quad (1)$$

em que  $p_{ns} \in [0,1]$ ,  $\sum_{s=1}^S p_{ns} = 1$  representa o valor de pertença do objecto  $n$  ( $1 \leq n \leq N$ ) na classe  $s$  ( $1 \leq s \leq S$ ). A extensão é efectuada através da introdução de um peso  $r$  (*'fuzziness factor'*), caracterizando a família  $\{J_{FKM} | 1 \leq r < \infty\}$ . Quando  $r = 1$ , a solução obtida seria uma partição não sobreposta. Se  $r$  tende para infinito, os valores de pertença dos objectos a cada classe aproximam-se de  $1/S$ . O grau difuso da partição aumenta com  $r$ , sendo 2 o valor mais frequentemente utilizado (versão original de Dunn (1974)). A observação de (1) permite ainda constatar que  $J_{FKM}$  é uma função de  $d_{ns}^2$ , medida do erro incorrido na representação do objecto  $n$  pelo centróide de cada Grupo  $s$ :

$$d_{ns}^2 = \|\mathbf{x}_n - \mathbf{v}_s\|_A^2 = (\mathbf{x}_n - \mathbf{v}_s)A(\mathbf{x}_n - \mathbf{v}_s)^T \quad (2)$$

Destacam-se três escolhas para a matriz  $A$  (ordem  $k \times k$ ) (Bezdek (1981)), que conduzem à distância Euclidiana ( $A_E = [I]$ ), Diagonal ( $A_D = [\text{diag}(\sigma_k^2)]^{-1}$ , em que  $\sigma_k^2$  representa a variância amostral da base de segmentação  $k$ ) e Mahalanobis ( $A_M = [\text{cov}(X)]^{-1}$ )

O modelo FKM constitui, desta forma, um problema de optimização não linear binário, sintetizado na Tabela 3:

**Tabela 3 - Modelo fuzzy k-means**

$$\min J_{FKM}(P, v, A) = \min \left\{ \sum_{n=1}^N \sum_{s=1}^S (p_{ns})^r \|x_n - v_s\|_A \right\}$$

sujeito a :

$$\sum_{s=1}^S p_{ns} = 1$$

$$p_{ns} \geq 0$$

A estratégia de optimização da função FKM, subdividida nas clássicas etapas – Iniciação (1 e 2), Iteração (3 e 4) e Critério de paragem (5) é sintetizada na Tabela 4.

**Tabela 4 - Algoritmo fuzzy k-means**

- (1) Determinação de uma partição inicial difusa, escolha de um medida de distância e fixação do parâmetro r.
- (2) Cálculo dos centros dos Grupos através da expressão:

$$v_{sk} = \frac{\sum_{n=1}^N p_{ns}^r x_{nk}}{\sum_{n=1}^N p_{ns}^r} \quad (3)$$

em que  $x_{nk}$  representa o valor da variável k ( $1 \leq k \leq K$ ) para o objecto n ( $1 \leq n \leq N$ ).

- (3) Construção de uma nova partição e determinação dos valores de pertença:
  - (3.1) se um objecto n possui uma distância 0 ao centro da classe s, o valor de  $p_{ns}$  é colocado igual a 1 e os valores de pertença do objecto n às restantes classes são colocados iguais a 0;
  - (3.2) se todas as distâncias de um objecto aos centróides dos S Grupos são superiores a 0, os valores de pertença são determinados por:

$$p_{ns} = \left[ \sum_{t=1}^S (d_{nt}/d_{nt})^{2/r-1} \right]^{-1} \quad (4)$$

- (4) Cálculo dos centros dos Grupos associados à partição determinada em 3 a partir da expressão (56).

(5) Repetir os passos 3 e 4 até ser alcançado o critério de paragem.

---

Fonte: Adaptado a partir de Dunn (1974), pág. 37

As expressões (3) e (4) constituem a base do processo iterativo que converge para um mínimo local, sendo obtidas pela diferenciação da função objectivo em relação às componentes

$\{\mathbf{p}_1, \mathbf{p}_2, \dots, \mathbf{p}_n\}$  e  $\{\mathbf{v}_1, \mathbf{v}_2, \dots, \mathbf{v}_s\}$ , sujeita à restrição  $\sum_{s=1}^S p_{ns} = 1$ .

## 4 Classificação política

### 4.1 Determinação do número de grupos

Para a selecção do número de Grupos existentes nos dados utilizam-se as medidas de validação propostas por Riviera, Zapata et al. (1990) – Tendência Não Sobreposta Mínima ‘*Minimum Hard Tendnecy*’ (Min\_ht) e Tendência Não Sobreposta Média ‘*Mean Hard Tendency*’ (Mean\_ht)<sup>2</sup>. Trata-se de medidas robustas, independentes do número de grupos e da dimensão do conjunto de dados a ser classificado, e que não exibem a propriedade indesejável de tendência para a sub-estimação do número de grupos revelada por outras medidas divulgadas na literatura. A procura da melhor partição do agrupamento sugere a maximização destas funções<sup>3</sup>. Deste modo elege-se um agrupamento com 6 classes (Tabela 5).

**Tabela 5 – Selecção do número de Grupos**

---

<sup>2</sup> É definida para cada um dos objectos a relação entre os seus dois graus de pertença mais elevados, designado por  $r_s$ : este quociente varia entre 0 (pertença não sobreposta para o objecto  $n$ ) e 1 (pertença completamente difusa para o objecto  $n$ ). Adicionalmente, é introduzida uma transformação da partição difusa do conjunto de dados numa partição não sobreposta. O conjunto de pontos que pertencem aos  $S$  Grupos sem sobreposição é definido como:

$Y_s = \{x_n : p_{ns} = \max_{1 \leq t \leq S} (p_{nt})\}$  i.e., cada objecto é afectado ao Grupo cuja função de pertença é máxima. A tendência não sobreposta do Grupo  $s$  ( $T_s$ ) é definida como a média de todas as relações  $r_n$  dos pontos classificados *a posteriori* no grupo não sobreposto  $s$ . A introdução da função  $-\log_{10}$  nas medidas de validação propostas torna-as definidas positivas  $[0 \leq \text{Min\_hT}; \text{Mean\_hT} \leq \infty[$ .

<sup>3</sup> Note-se que a partição difusa obtida tende para uma partição não sobreposta à medida que os valores de Min\_ht e Mean\_ht aumentam.

Critério	Nº de Grupos					
	2	3	4	5	6	7
Nº Iterações	12	20	31	46	27	Não convergiu
Tendência Não Sobreposta Mínima	0,719	0,652	1,237	0,786	1,386	-
Tendência Não Sobreposta Média	0,647	0,492	0,629	0,54	0,644	-

#### 4.2 Avaliação da heterogeneidade na Governança

De seguida procede-se à classificação com o algoritmo de classificação difusa *fuzzy k-means*. A derivação de uma matriz de partição não sobreposta a partir da matriz de partição difusa permite obter seis grupos de dimensões relativamente equilibradas (Grupo 1-18; Grupo 2-23; Grupo 3-20; Grupo 4-18; Grupo 5-24; Grupo 6-21). O resultado do teste não paramétrico *Kruskal-Wallis* para a diferença entre as médias dos Grupos revela que todas as variáveis apresentam padrões médios diferentes (estatisticamente significativos) na solução obtida (Tabela 6).

**Tabela 6 - Solução do agrupamento político**

	Centróide										
	Nº Países	ORGPOL	LIBCI	DIRPOL	LIBIMP	VRESP	ESTPOLT	LEI	RLEGAIS	EFICGOV	SUBORN
Grupo 1	18	-3,78	5,39	6,06	71,44	-1,06	-0,96	2,61	-0,93	-0,87	-0,77
Grupo 2	23	7,52	2,96	2,26	36,04	0,27	0,07	2,80	-0,35	-0,31	-0,42
Grupo 3	20	4,95	4,20	3,80	55,35	-0,31	-0,74	3,00	-0,67	-0,76	-0,70
Grupo 4	18	-5,17	5,44	6,00	71,83	-0,64	0,43	4,56	0,31	0,30	0,06
Grupo 5	24	9,04	2,17	1,33	26,54	0,91	0,52	4,29	0,60	0,53	0,53
Grupo 6	21	9,95	1,29	1,00	13,48	1,45	1,29	5,62	1,60	1,55	1,70
Análise da Variância											
Kruskal-Wallis		106,0	103,5	106,5	84,3	100,7	72,8	62,2	84,7	91,0	66,4
Prob. Significância		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

O Grupo 6 inclui os 21 países que ocupam as melhores posições em todos os indicadores: apresentam os sistemas mais democráticos da amostra e registam o maior respeito pelos direitos civis e políticos; possuem os factores institucionais (leis e instituições) necessários a uma participação democrática. Estes países são os líderes da democracia e os de maior eficiência governativa, por isso podem ser classificados como os de *Vanguarda Política*.

O Grupo 5 reúne os países que apresentam perfis próximos do primeiro Grupo, mas menos eficazes ao nível democrático e de eficiência governativa. Ocupam o segundo lugar em todas as 10 variáveis de natureza política consideradas. Trata-se do Grupo *Politicamente Desenvolvido*.

O Grupo 4 inclui os 18 países que apresentam o maior défice nas variáveis democráticas resultado em organização política, direitos políticos, liberdade de imprensa e o penúltimo lugar no indicador voz e responsabilidade. São caracterizados por sistemas políticos em que a participação dos cidadãos é restringida, existe pouca objectividade dos meios de comunicação e limitações à liberdade de expressão; o recrutamento dos principais dirigentes governamentais é considerado o menos competitivo da amostra. Não obstante, apresentam resultados positivos nas variáveis associadas às regras legais e eficiência governativa, e onde a corrupção não assume um lugar muito expressivo. Este Grupo de países é considerado de *Eficácia Política*.

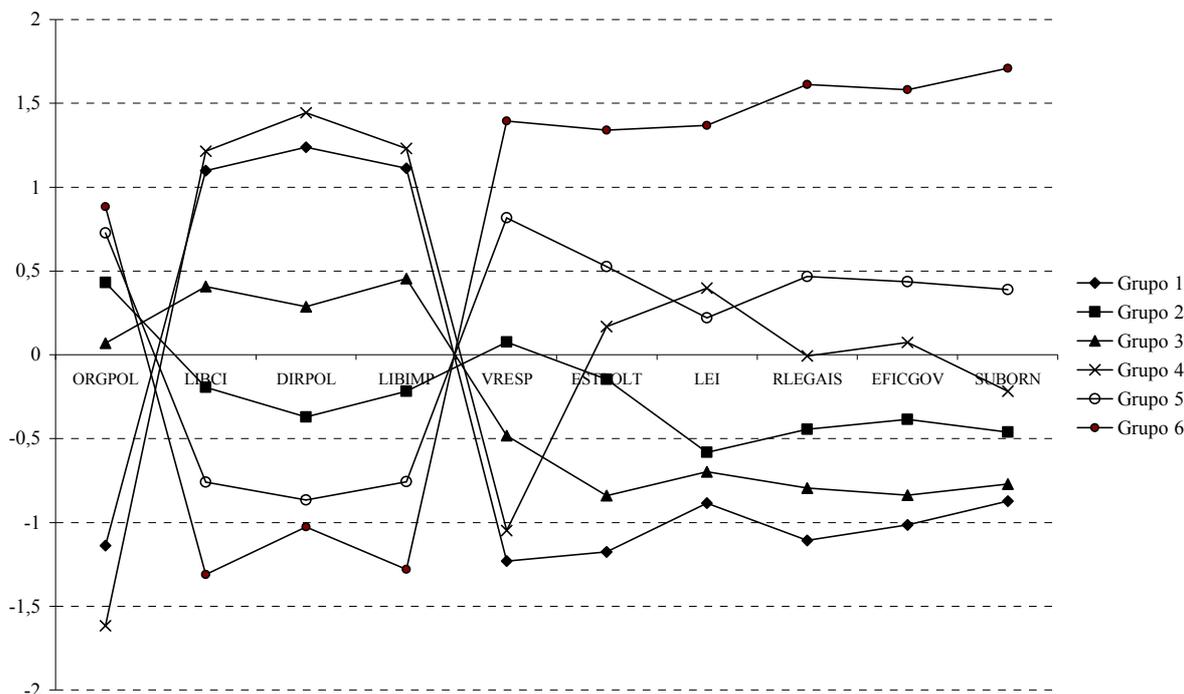
No Grupo 3 são classificados 20 países que apresentam, em termos médios, as segundas piores pontuações nos critérios estabilidade política e ausência de violência, lei e ordem, regras legais, eficiência governativa e suborno, as quartas piores posições nas liberdades civis, direitos políticos e liberdade de imprensa mas possuem alguma (fraca) organização política. Trata-se de um grupo que, de forma resumida, pode ser considerado de *Práticas Governativas Restritivas*.

No Grupo 2 são classificados os países que se posicionam no terceiro lugar relativamente às variáveis democráticas organização política, liberdades civis, direitos políticos, liberdade de imprensa e voz e responsabilidade, mas apresentam indicadores negativos, descendo um lugar na posição nas variáveis associadas às regras legais, eficiência governativa e suborno. Trata-se do Grupo de *Desenvolvimento Democrático*.

No Grupo 1 estão incluídos os países que apresentam os piores pontuações em termos de eficácia governativa, e os segundos piores lugares em termos de democracia. Trata-se, portanto, de um conjunto de países em que se verificam limitações no processo político, liberdades civis e liberdade de desenvolver pontos de vista. Trata-se de países com *Défice Democrático*.

A Figura 1 sintetiza a informação relevante para a interpretação da estrutura dos segmentos formados.

### **Figura 1 – Factores políticos: centróides dos Grupos**

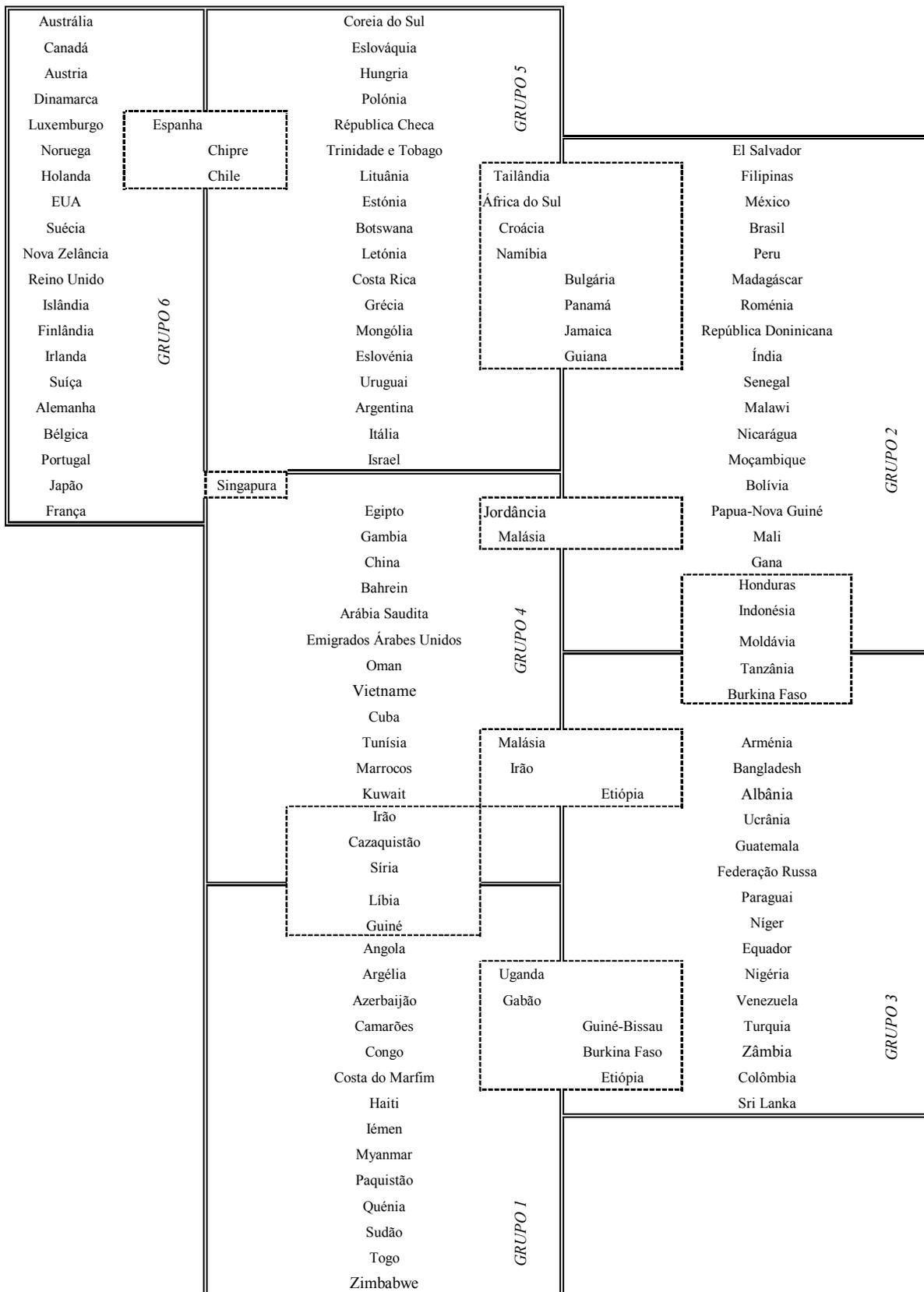


Após uma análise dos perfis médios, revela-se interessante estudar as características de alguns dos países classificados de forma difusa (Figura 2) (i.e., que partilham características de mais de um grupo), referindo as variáveis em que estes se afastam dos centroídes dos grupos em que foram classificados e que eventualmente se sobrepõem às características de outros segmentos:

- a Espanha, classificada no Grupo 6, assume indicadores que se afastam deste grupo nos critérios de estabilidade política e ausência de violência e lei e ordem, assumindo um padrão para estas variáveis semelhante ao dos países classificados no Grupo 5;
- o Chipre possui uma pontuação superior aos restantes países classificados no Grupo 5 nos critérios liberdades civis e direitos políticos, e situa-se na fronteira entre os Grupos 5 e 6 nos critérios regras legais e eficiência governativa e suborno;
- o Chile possui a pontuação mais favorável em relação aos países classificados no Grupo 5 nos critérios eficiência governativa e suborno, e a segunda melhor posição no critério regras legais, sobrepondo-se nestes critérios ao padrão médio do Grupo 6;
- a Tailândia afasta-se do padrão médio dos países do Grupo 5 ao assumir pontuações semelhantes ao dos países classificados no Grupo 2 nos critérios resultado em organização política, liberdades civis, direitos políticos e suborno; assume a segunda pior posição nos critérios estabilidade política e ausência de violência e eficiência governativa do Grupo 5;

- a África do Sul (classificada no Grupo 5) assume valores típicos do Grupo 2 nos critérios resultado em organização política, e estabilidade política e ausência de violência e lei e ordem;
- a Croácia assume semelhanças com os países classificados no Grupo 2 especialmente nos critérios resultado em organização política, liberdades civis, liberdade de imprensa e eficácia governativa (critério em que assume o pior lugar nos países classificados no Grupo 5);
- a Singapura é um dos países que apresentam um grau de pertença mais difuso: nos indicadores relacionados com a democracia possui o mesmo perfil dos países classificados no Grupo 4, enquanto que nos restantes indicadores (regras legais, eficiência governativa e ausência de corrupção) mereceu classificações semelhantes às registadas para os elementos dos Grupos 6 e 5;
- o Panamá assume boas pontuações no resultado em organização política, liberdades civis, direitos políticos (semelhante aos países classificados no Grupo 6), voz e responsabilidade, estabilidade política e ausência de violência;
- a Jamaica tem bons resultados critérios Democráticos - organização política, liberdade de imprensa (pontuação semelhante aos dos países classificados no Grupo 6) e pontuação superior à média do Grupo 2 nas variáveis voz e responsabilidade, estabilidade política e ausência violência;

**Figura 2 – Factores políticos: estrutura do agrupamento**



### 4.3 Validação do agrupamento

Se o número de consumidores típicos forem definidos por valores de pertença superiores a 0,75, então 17 países são típicos do Grupo 6, 10 do Grupo 5, 5 do Grupo 4, 2 do Grupo 3, e 1 do Grupo 2. Tal pode ser quantificado pelo rácio desta frequência com a cardinalidade difusa dos Grupos. A cardinalidade difusa é definida por  $\sum_{n=1}^N p_{ns}$  (Hruscha 1986). De outro modo a homogeneidade intra-grupo é maior no Grupo 6, seguido do Grupo 5, Grupo 4, Grupo 3, Grupo 2 e Grupo 1.

**Tabela 7 Cardinalidade Difusa dos Segmentos**

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	
	[1;0,75]	0	1	2	5	10	17
Valores de pertença difusa	]0,75;0,5]	10	11	9	6	8	4
	]0,5;0,25]	10	19	21	8	16	4
	]0,25;0]	104	93	92	105	90	99
	Cardinalidade difusa	17,85	22,07	21,40	16,02	24,06	22,61
NºPaíses Típicos/Cardinalidade Difusa	0,000	0,045	0,093	0,312	0,416	0,752	

## 5 Factores políticos : contribuição para o desenvolvimento económico e humano

De seguida, pretende-se averiguar se, para a estrutura de classificação obtida, os respectivos grupos aparecem associados a diferentes níveis de PIB *per capita*, de desenvolvimento humano e desenvolvimento por géneros. Para isso procedeu-se à utilização do modelo de regressão linear múltipla considerando como variáveis explicativas as variáveis *dummy* relativas aos grupos (5 variáveis *Dummy* em que  $D_i=1$ , se a observação pertence ao Grupo  $i$ ,  $i=1,2,3,4,5$ ; 0, caso contrário) e como variáveis dependentes, uma de cada vez, PIBpc<sup>4</sup>, o Índice de Desenvolvimento Humano<sup>5</sup> (IDH) e o Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género<sup>6</sup> (IDG).

A análise estatística univariada das quatro variáveis dependentes na amostra de 124 países permite extrair as seguintes conclusões (Tabela 7 e Figura 3):

<sup>4</sup> O PIBpc é uma medida de bem-estar de um país.

<sup>5</sup> O IDH é uma medida resumo de três dimensões do conceito de desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um padrão de vida digno. Combina os indicadores esperança de vida, escolaridade e alfabetização com o rendimento.

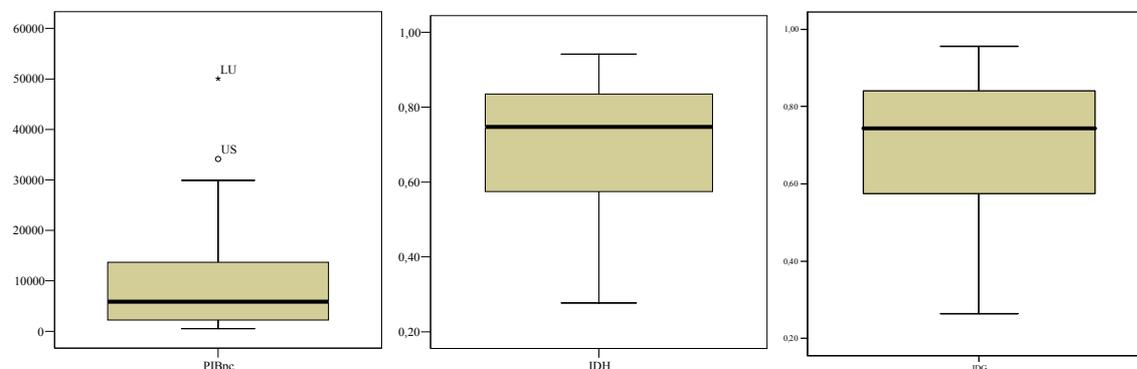
<sup>6</sup> O IDG ajusta o IDH às desigualdades na realização entre homens e mulheres.

- o PIBpc assume uma distribuição enviesada à esquerda, 50% dos países apresentam valor para o PIBpc superiores a 5878; possui um *outlier* extremo, o Luxemburgo, registando um PIBpc igual a 50061, e um *outlier* moderado, para um PIBpc de 24142, nos EUA; a média aparada a 5% é de 8502;
- O valor médio do IDH é de 0,7 e 50% dos países registam valores superiores a 0,748; o valor mínimo é 0,277 (Níger) e o máximo 0,942 (Noruega).
- o comportamento do IDG é semelhante ao do IDH. No entanto o valor médio (0,708) e a mediana (0,716) são menores, sugerindo uma pequena desigualdade entre homens e mulheres na amostra.

**Tabela 7 Estatísticas Descritivas**

<i>Estatísticas</i>	Média	Intervalo de Confiança para a Média (95%)	Média aparada a 5%	Mediana	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	Amplitude
<i>PIBpc</i>	9362	[7648;11075]	8502	5878	9640	523	50061	49538
<i>IDH</i>	0,710	[0,679;0,742]	0,718	0,748	0,177	0,277	0,942	0,665
<i>IDG</i>	0,708	[0,674;0,740]	0,716	0,744	0,180	0,263	0,956	0,693

**Figura 3 Caixas de Bigodes: PIBpc, IDH e IDG**



### *Desenvolvimento económico- PIB per capita*

Na determinação do PIB *per capita*, constata-se (equação 1) que os grupos políticos (através das duas variáveis *dummy* D1, D2, D3, D4 e D5) são estatisticamente significativos (a 1%) quer a nível individual, quer conjuntamente considerados. Os Grupos políticos explicam 73,4% das variações do PIBpc. Os países que apresentam o maior PIBpc em termos médios são os classificados no Grupo 6, situando-se na *Vanguarda Política*, sendo seguidos pelos países *Politicamente Desenvolvidos*, classificados o Grupo 5, pelos países de *Eficácia Política*

(Grupo 4), países de *Desenvolvimento Democrático* (Grupo 2), países com *Práticas Governativas Restritivas* (Grupo 3) e países de *Défice Democrático* (Grupo 1).

*Desenvolvimento Humano- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)*

Para se avaliar a importância dos factores políticos no desempenho de um país considerou-se também o Índice de Desenvolvimento Humano que corrige o indicador *PIB per capita* por factores sociais. Os Grupos democráticos (equação 2) revelam novamente a sua forte capacidade explicativa (as suas três variáveis explicam cerca de 56,3% das variações do IDH). A hierarquia de valores médios do IDH mantém-se, relativamente ao PIBpc (Grupo 6-5-4-3-2-1).

**Tabela 8 : Influência dos políticos no desempenho económico e no desenvolvimento humano**

	Eq. 1	Eq. 2	Eq. 3
	<b>PIBpc</b>	<b>IDH</b>	<b>IDG</b>
<b>Variáveis Explicativas</b>	<b>Coefficientes (p-value)</b>	<b>Coefficientes (p-value)</b>	<b>Coefficientes (p-value)</b>
<b>Constante</b>	26061.86 (0.000)	0.928 (0.000)	0.927 (0.000)
<b>D1</b>	-23628.69 (0.000)	-0.394 (0.000)	-0.414 (0.000)
<b>D2</b>	-22448.94 (0.000)	-0.295 (0.000)	-0.301 (0.000)
<b>D3</b>	-22996.41 (0.000)	-0.332 (0.000)	-0.339 (0.000)
<b>D4</b>	-17677.08 (0.000)	-0.202 (0.000)	-0.213 (0.000)
<b>D5</b>	-14626.77 (0.000)	-0.121702 (0.001)	-0.122982 (0.000)
<b>R2</b>	0.734	0.563	0.568
<b>F</b>	65.265 (0.000)	30.406 (0.000)	29.431 (0.000)

*Desenvolvimento Humano- Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Géneros (IDH)*

De seguida analisa-se a relação entre os Grupos políticos e o IDH ajustado às desigualdades na realização entre homens e mulheres. Novamente verifica-se uma relação estatisticamente significativa, quer a nível individual, quer a nível global ( $R^2=56,8\%$ ). O maior diferencial entre os valores médios do IDH e IDH ocorre para o Grupo 1 (IDG=0,512 *versus* IDH=0,534), revelando desigualdades a desfavor das mulheres.

## 6 Síntese Conclusiva

O trabalho pioneiro de Lipset (1959) originou um grande número de estudos empíricos sobre a relação entre Democracia e Desenvolvimento Económico. Utilizando metodologias diversas, os trabalhos são consensuais nos resultados – em termos seccionais, existe uma correlação positiva, mas não perfeita entre as duas variáveis.

Neste trabalho propôs-se uma metodologia alternativa no estudo da relação entre desenvolvimento económico e democracia. Conjugou-se a utilização de um conjunto de dados sobre indicadores subjectivos obtidos a partir da opinião de especialistas, relativos não só ao perfil democrático dos países, mas também de eficiência governativa (inovação neste tipo de estudos). Com base neste conjunto de 10 variáveis, procedeu-se à classificação dos 124 países, com o objectivo de sistematização da heterogeneidade da amostra em relação à Avaliação da Governação. Demonstram-se as vantagens dos métodos de agrupamento difuso (método *fuzzy k-means*) no contexto da classificação internacional ao se detectarem países que partilham características de mais que um segmento. A partição efectuada revela-se pertinente pois permite agrupar os países de acordo com o seu grau de desenvolvimento político a partir de variáveis concretas – são identificados seis grupos, denominados de *Vanguarda Política* (Grupo 6), *Politicamente Desenvolvido* (Grupo 5), *Eficácia Política* (Grupo 4), *Práticas Governativas Restritivas* (Grupo 3), *Desenvolvimento Democrático* (Grupo 2) e *Défice Democrático* (Grupo 1). Em termos de hierarquização, o Grupo de *Vanguarda Política* é seguido do Grupo *Politicamente Desenvolvido* na Avaliação da Governação; Os Grupos 4 e 2 partilham posições entre si, i.e., o Grupo de *Eficácia Política* apresenta um défice político, mas bons indicadores de eficácia governativa, e o Grupo de *Desenvolvimento Democrático* fraca pontuação na eficácia governativa e melhor pontuação (relativa) nos indicadores de governação. Os Grupos 3 e 1 podem novamente ser hierarquizados, possuindo o Grupo de *Défice Democrático* as piores posições. Estes Grupos implicam também o acesso a determinados níveis de desenvolvimento económico e humano. A hierarquia definida corresponde a diferentes pontuações médias nos indicadores de desenvolvimento económico e humano; curiosamente, nos Grupos que partilham posições na hierarquia (4 e 2), os países que

possuem melhor resultado nos indicadores de eficácia governativa (e pior nos indicadores democráticos) revelam melhores indicadores médios de bem-estar. A título conclusivo, neste estudo demonstrou-se mais uma vez a evidência de uma relação positiva entre democracia e desenvolvimento económico e humano, apresentando-se novos contributos na compreensão da heterogeneidade de comportamentos nos indicadores de avaliação da governação.

## 7 Bibliografia

Alvarez, M.; Cheibud, J.A.; Lomongi, F.; Przeworski, A. (1996). *Classifying Political Regimes*. *Studies in International Comparative Development*, pág. 3-36.

Arat, Zehra F. (1991). *Democracy and Human Rights in Developing Countries*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers.

Barro, R. (1991). "Economic Growth in a Cross-Section of Countries". *Quarterly Journal of Economics*. 106 (2), pág. 407-473.

Barro, R. (1996). "Democracy and Growth". *Journal of Economic Growth*. 1 (1), pág. 1-27.

Bernhagen, Patrick (2001). "Economic Development and Democracy in Latin America: A Replication and Extension".

[[http://www.tcd.ie/Political\\_Science/P.Bernhagen/DemDevExt.pdf](http://www.tcd.ie/Political_Science/P.Bernhagen/DemDevExt.pdf)]

Bezdek, J. C. (1973). *Fuzzy Mathematics en Pattern Classification*. Ithaca. Applied Math. Center, Cornell University.

Bezdek, J. C. (1974). "Numerical Taxonomy with Fuzzy Sets". *Journal of Mathematical Biology*. 1, pág. 57-71.

Bezdek, J. C. (1980). "A Convergence Theorem for the Fuzzy ISODATA Clustering Algorithms". *IEEE Trans. Pattern Anal. Machine Intell.* 2, pág. 1-8.

Bezdek, J. C., Hathaway, R. J., Sabin, J. M. e Tucker, W. T. (1987). "Convergence Theory for the Fuzzy c-means: examples and repairs". *IEEE Trans. Syst. Man*.

Bollen, K.A. (1980). "Issues in the Comparative Measurement of Political Democracy". *American Sociological Review*. 44, pág. 572-587.

Bollen, K.A. (1983). "World System Position, Dependency and Democracy: the Cross-National Evidence". *American Sociological Review*. 48, pág. 468-479.

Bollen, K.A. e Jackman, R.W. (1985). "Income Inequality and Democratization Revisited: Comment on Muller". *American Sociological Review*. 60, pág.. 983-989.

Borner, S., Brunetti, A. e Weder, B. (1995). *Political Credibility and Economic Development*. Macmillan.

Clague, C, Keefer, P., Knack, S. e Olson, M. (1996). "Property and Contract Rights in Autocracies and Democracies". *Journal of Economic Growth*, 1(2), pág. 243-276.

Coppedge, M. e Reinicke, W. H. (1991). *Measuring Polyarchy*. Em Inkeles, A. *On Measuring Democracy, Its Consequences and Concomitants*. Transactional Publishers, pág. 47-68.

Cutright, Ph. (1963). "National Political Development: Measurement and Analysis" *American Sociological Review*. 28, pág. 253-264.

Diamond, L. (1992). "Economic Development and Democracy Reconsidered". *American Behavioural Scientist*. 35, pág. 450-499.

Doorenspleet, Renske (2001). "Centre-Peripheri Relations & Democratization". Artigo apresentado nas ECPR, Grenoble, France. Abril 2001.

[<http://www.essex.ac.uk/ECPR/events/jointsessions/paperarchive/grenoble/ws4/doorenspleet.pdf>]

Doorenspleet, Rensle (2000). "Development and Democracy: Power and Problems of Empirical Research". Artigo apresentado na ECPR, Copenhaga, Dinamarca, Abril.

Dunn, J. C. (1974). "A Fuzzy Relative of the ISODATA Process and its Use in Detecting Compact Well-Separated Clusters". *Journal of Cybernetics*. 3, pág. 32-57.

Freedom House (1999). "Democracy's Century. A survey of Global Political Change in the 20<sup>th</sup> Century". [[www.freedomhouse.org/reports/centrury.html](http://www.freedomhouse.org/reports/centrury.html)]

Gasiorowski, M.J. (1996). "An Overview of the Political Regime Change Dataset". *Comparative Political Studies*. 29, pág. 469-483.

Haggard, Stephan (1997). "Democratic Institutions and Economic Policy". Em Christopher Clague, (ed.) Institutions and Economic Development. The Johns Hopkins University Press.

Huntington, S.P. (1991). The Third Wave; democratization in the late twentieth century. University of Oklahoma Press.

Hruschka, H. (1986). "Market Definition and Segmentation Using Fuzzy Clustering Methods". International Journal of Research in Marketing. 3, pág. 117-134.

Jackman, Robert W. (1973). "On the Relation of Economic Development to Democratic Performance". American Journal of Political Science. 17, pág. 611-621.

Landam, Todd (1999). "Economic Development and Democracy: the view from Latin America". Political Studies. 47 pág. 607-626.

Lipset, S.M. (1959). "Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy". American Political Science Review. 53, pág. 69-105.

Lipset, S.M: (1994). "The Social Requisites of Democracy Revisited". American Sociological Review. 59, pág. 1-22.

Lipset, Seong and Torres (1993). "A Comparative Analysis of the Social Requisites of Democracy". International Social Science Journal, pág. 155-175.

Neubauer, Daene E. (1967). "Some Conditions of Democracy". American Political Science Review. 61, pág. 1002-1009.

Olsen, Marvin E. (1968). "Multivariate Analysis of National Political Development". American Sociological Review. 33, pág. 699-712.

Perotti, R. (1996). "Growth, Income Distribution, and Democracy: What the Data Say". Journal of Economic Growth. 1, pág. 149-187.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2002). Relatório do desenvolvimento humano 2002. Aprofundar a democracia num mundo fragmentado, Trinova Editora.

Przeworski, A. e Limongi, F. (1997). “Modernization: Theories and Facts”. *World Politics*. 49, pág. 155-183.

Przeworski, A., Alvarez, M.; Cheibud, J. e Limongi, F. (2000). “Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990”. Cambridge University Press.

Ramaswamy, Sunder e Cason, Jeffrey (2003). “Development and Democracy: New Perspectives On an Old Debate”. Middlebury College Press, University Press of New England.

Rivera, F. F., Zapata, E. L. E Carazo, J. M. (1990). “Cluster Validity Based on the Hard Tendency of the Fuzzy Classification”. *Pattern Recognition Letters*. 11, pág. 7-12.

Shen, Jian-Guang (2002). “Democracy and Growth: An alternative Empirical Approach”. BOFIT Discussion papers n. 13. Banco da Finlândia, Institute for Economies in Transition.

Tavares, J. e Waczaig, R. (2001). “How Democracy Affects Growth”. *European Economic Review*. 45, pág. 1341-1378.

Vanhanen (1997). *Prospects of Democracy: a Study of 172 Countries*. London: Routledge.

## APÊNDICE 1

<i>Indicador</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Conceito medido</i>	<i>Fonte</i>
Democracia	Resultado em organização política	Competitividade no recrutamento dos dirigentes governamentais Abertura no recrutamento dos dirigentes governamentais Constrangimentos sobre o dirigente governamental Regulamentação da participação Regulação no recrutamento de dirigentes governamentais Competitividade da participação	Base de dados Polity IV, Universidade de Maryland
	Liberdades Civis	Liberdade de expressão e de crença Liberdade de associação e direitos humanos Regras legais e direitos humanos Autonomia pessoal e direitos económicos	Freedom House
	Direitos políticos	Eleições livres e justas para cargos com poder real Liberdade de organização política Oposição significativa Ausência de domínio de grupos poderosos Autonomia ou inclusão política de grupos minoritários	Freedom House
	Liberdade de imprensa	Objectividade dos meios de comunicação Liberdade de expressão	Freedom House
	Voz e responsabilidade	Eleições livres e justas Liberdade de imprensa Liberdades civis Direitos políticos Militares na política Mudança de governo Transparência As empresas são mantidas informadas dos desenvolvimentos das leis e das políticas As empresas podem exprimir as suas preocupações com mudanças das leis e das políticas	Base de dados Indicadores de Governação Banco Mundial
	Regras legais e eficiência governativa	Estabilidade política e ausência de violência	Percepções da probabilidade de desestabilização (tensões étnicas, conflito armado, agitação social, ameaça terrorista, conflito internacional, fraccionamento do espectro político, alterações constitucionais, golpes militares)
Lei e ordem		Imparcialidade legal Cumprimento democrático da lei	International Country Risk Guide
Regras legais		Mercados negros Aplicabilidade dos contratos privados e governamentais Corrupção na banca Crime e roubo como obstáculos aos negócios Prejuízos e custos do crime Imprevisibilidade do poder judicial	Base de dados Indicadores de Governação Banco Mundial
Eficiência governativa		Qualidade burocrática Custos de transacção Qualidade dos cuidados públicos de saúde Estabilidade governativa	Base de dados Indicadores de Governação Banco Mundial
Corrupção	Suborno (corrupção)	Corrupção entre funcionários públicos Corrupção como obstáculo aos negócios Frequência de pagamentos irregulares a funcionários e ao poder judicial Percepções de corrupção no funcionalismo público Pagamento de comissões nos negócios	Base de dados Indicadores de Governação Banco Mundial